

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - EAD

Elenice Helena Fracasso Conti

AS PRÁTICAS INTERNAS DE RESPONSABILIDADE AM-
BIENTAL EM UMA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA

Porto Alegre

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - EAD**

Elenice Helena Fracasso Conti

**AS PRÁTICAS INTERNAS DE RESPONSABILIDADE AMBIEN-
TAL EM UMA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA**

Trabalho de conclusão do curso de especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Guilherme Dornelas Camara

Porto Alegre

2012

Elenice Helena Fracasso Conti

**AS PRÁTICAS INTERNAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EM
UMA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA**

Trabalho de conclusão do curso de especialização
apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ad-
ministração da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Gestão Pública

Orientador: Guilherme Dornelas Camara

Conceito final:

Aprovado em:/...../.....

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr.

–Instituição

Prof. Dr.

–Instituição

Prof. Dr.

–Instituição

Orientador Prof. Dr.

–Instituição

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família em especial aos meus filhos pela compreensão e minhas irmãs Eni pelo apoio e Edi pelo exemplo e incentivo.

Agradeço aos meus colegas que gentilmente concordaram em ser entrevistados e amigos em especial ao Vladimir e Gisele pelo incentivo.

Agradeço ao Inbra pela oportunidade.

Agradeço ao meu orientador pela ajuda.

RESUMO

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, ao realizar sua missão de implementar a política de reforma agrária busca assegurar-se de que os assentamentos rurais, garantam além do desenvolvimento social e econômico o ambiental, e conseqüentemente que os assentamentos sejam sustentáveis. Para tanto, os projetos de assentamentos prevêem várias práticas de gestão ambiental. Sendo assim é de esperar-se que os órgãos executores da reforma agrária, as Superintendências Regionais, realizem também no seu ambiente interno, práticas que traduzam a responsabilidade ambiental dos seus servidores. A questão ambiental interna de uma organização pública que tem como missão o desenvolvimento rural sustentável também tem que fazer parte de seu regimento, de seus projetos e programas. Esta pesquisa procurou identificar se as práticas de responsabilidade ambiental preconizadas pela legislação ocorrem na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, as que deveriam estar implantadas e sugestões para melhorar a gestão ambiental. Este estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória com o auxílio de entrevistas e observação. Os resultados indicam que os entrevistados, de maneira geral, conhecem as práticas de reutilização e reciclagem de resíduos e de redução de consumo, mas que a sua execução na Superintendência tem lacunas e sugerem formas de melhorar a implementação da gestão ambiental. Para tanto aguardam medidas dos gestores para a implantação de um sistema ou programa de responsabilidade ambiental. Entre as sugestões dos entrevistados, para criar uma responsabilidade ambiental perene, que faça parte da cultura organizacional a organização teria de promover campanhas e um programa de educação ambiental.

Palavras chave: Práticas de Responsabilidade Ambiental - Reutilização e reciclagem de resíduos- Redução de consumo - Gestão Ambiental e Cultura Organizacional

ABSTRACT

The Institute of Colonization and Land Reform—“Instituto de Colonização e Reforma Agrária” (INCRA), in Portuguese—,by accomplishing its mission of implementing land reform, aims to make sure that rural settlements guarantee, besides social and economical development, the environmental development. That is, to guarantee that such settlements are sustainable. For that to happen, settlement projects predict many practices of environmental management. It is thus expected that departments responsible for land reform, in the Regional Superintendencies, also make use, in their work environment, of practices that show the environmental responsibilities of their employees. The environmental issue of a public organization whose mission is sustainable rural development also needs to deal with environmental issues in its regulations, projects, and programs. This research aimed to identify practices of environmental responsibilities praised by the legislation, which happen in the Institute’s Superintency of Rio Grande do Sul. The goal of this research is also to identify the practices that interviewees think should be implemented and to suggest changes to improve the environmental management. To achieve this aim it was use a qualitative and exploratory approach with the support of interviews and observation. The results indicate that the interviewees, overall, are aware of the practices of reuse and recycling of residues and of the reduction of consumption. But they are also aware that the execution in the Superintendency has gaps and they suggest ways to improve the implementation of environmental management and, thus, wait for measures from the managers of the departments for the implementation of a system or a program of environmental responsibility. Among the suggestions of the interviewees to create a perennial environmental responsibility, which becomes part of the organizational culture, they believe the organization must promote campaigns and a environmental education program.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	07
1 NORMAS AMBIENTAIS E O INCRA -----	09
2 CONCEITOS E PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DE RESPONSABILIDADE AM- BIENTAL EM ÓRGÃOS FEDERAIS -----	11
2.1 REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS -----	12
2.2 ADEQUAÇÃO E REDUÇÃO DO CONSUMO-----	14
2.3 OUTRAS MEDIDAS -----	15
3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA -----	17
4 RESULTADOS E ANÁLISE -----	19
4.1 COLETA, SEPARAÇÃO E RECICLAGEM-----	19
4.2 CONSUMO DE BENS RENOVÁVEIS-----	22
4.3 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS-----	26
4.4 SUGESTÕES DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL-----	27
4.5 ESTIMULOS PARA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA SUPERINTENDÊN- CIA-----	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	31
REFERÊNCIAS -----	33
ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA -----	36

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como missão, “implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”(BRASIL, 2009a).

Na maioria dos Projetos, Programas e ações do INCRA estão presentes as questões de sustentabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, agricultura sustentável, legislação ambiental, etc. Portanto, supõe-se que os servidores da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul¹, principalmente Engenheiros Agrônomos, e Técnicos Agrícolas, que exercem cargos que tem como objetivo cumprir a missão do INCRA tem conhecimento sobre este assunto.

O INCRA tem um Plano de Ação Ambiental (BRASIL, 2009b) que prevê ações para regularizar os Projetos de Assentamentos em relação às legislações ambientais, bem como direcionar várias ações desde a aquisição de imóveis até a criação de assentamentos diferenciados na questão do uso dos recursos naturais. Além de legalizar os licenciamentos ambientais nos assentamentos existentes, o INCRA pretende incorporar a questão ambiental aos novos assentamentos desde a sua criação.

A responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade já se caracterizam como componentes de diversas políticas públicas que fazem parte da agenda governamental e dos Planos das áreas finalísticas do INCRA. Como já foi colocado por Carlos Minc (BRASIL, 2009c, p.7), na implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública que:

A sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas. O grande desafio consiste em transpor o discurso meramente teórico e concretizar a boa intenção num compromisso sólido. Os princípios da responsabilidade socioambiental demandam cooperação e união de esforços visando minimizar os impactos sociais e ambientais que tanto incidem sobre as mudanças climáticas.

Em um órgão público como o INCRA, que zela pelo desenvolvimento da responsabilidade socioambiental dos assentados, ela também deve estar presente nas atividades internas. Portanto, este trabalho trata da Responsabilidade ambiental, que é obrigação de toda a sociedade, mas principalmente de um órgão público, que tem como objeto o estudo das práticas de responsabilidade ambiental da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.

¹ A partir desta citação passaremos a identificar a Superintendência Regional do Rio Grande do Sul apenas como Superintendência.

Nesse sentido, desde 2008 o INCRA tem implementado várias ações para regularizar e dar continuidade à questão ambiental, visando torná-la parte da ação, incorporando-a definitivamente à reforma agrária. As ações instituídas pelo INCRA refletiram e foram implementadas pela Superintendência e muitas vezes esta regional esteve à frente nas ações de manejo ambientais vinculadas a reforma agrária.

Este histórico de ações do INCRA, e da Superintendência, demonstra que houve iniciativas e evolução para implementar um sistema de gestão ambiental no processo de desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, portanto, para o público externo. Contudo, até o momento, o INCRA não instituiu uma norma ou orientação interna formal para a inserção de práticas de responsabilidade socioambiental no âmbito interno da Superintendência. Por este motivo este trabalho busca responder a seguinte questão “como se dão as práticas de responsabilidade ambiental na Superintendência Regional do INCRA? Portanto busca atender aos seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Investigar as práticas de responsabilidade ambiental dos servidores no âmbito interno da Superintendência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar práticas de responsabilidade ambiental recomendadas para organizações;
- b) Identificar práticas de responsabilidade ambiental que são aplicadas no âmbito da Superintendência;
- c) Coletar sugestões dos servidores para intensificar as práticas de responsabilidade ambiental na Superintendência.

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira: além dessa **Introdução**; no primeiro capítulo é apresentada a instituição em que ocorreu este estudo e a evolução da questão ambiental chamado de **Normas Ambientais e o INCRA**, o segundo descreve **Conceitos e Práticas Organizacionais de Responsabilidade Ambiental** em especial nas organizações públicas, o terceiro capítulo descreve o **Método e Procedimentos**. No quarto capítulo, é apresentado os **Resultados e Análise** com a transcrição das entrevistas, e as constatações. No quinto capítulo é apresentada as **Considerações Finais**, com as conclusões do trabalho e sugestões.

1. NORMAS AMBIENTAIS E O INCRA

A Superintendência é uma das 30 unidades pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é uma autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970 (BRASIL, 1970), que tem como missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção, conforme estabelecido pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 2009a).

Em 2003, foi estabelecido no II Programa Nacional de Reforma Agrária. De acordo com o documento, o novo modelo de assentamento deve estar baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; e o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (BRASIL, 2009a).

Analisando as normas editadas pelo INCRA, cronologicamente, em relação às questões ambientais, percebe-se que as primeiras surgiram no final da década de 1980. Entretanto foi a partir de 2006, (BRASIL, 2009b) que o INCRA intensificou esforços para incorporar a gestão ambiental nos seus processos. Para tanto, alterou o seu Regimento Interno, criando a Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais na sede e órgãos semelhantes nas Superintendências Regionais. Foram implementadas outras ações como, por exemplo, destinar parte dos aprovados no concurso daquele ano para esta área. Foram realizados também programas de capacitação de servidores e gestores.

Em 2008, com base no Plano de Governo para o quadriênio 2008/2011 e no Plano Amazônia Sustentável – PAS, para cumprir a legislação dos órgãos ambientais e as recomendações dos órgãos de fiscalização foi realizado o I Encontro Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, com o intuito de implementar o Plano de Ação Ambiental. Este Plano teve como objetivo

Efetivar a gestão ambiental integrada dos projetos de assentamento de reforma agrária, utilizando-se o licenciamento ambiental como um instrumento de desenvolvimento, defesa e conservação do meio ambiente, respeitadas as diretrizes, as regras e os critérios estabelecidos em leis e em resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (BRASIL, 2009b, p. 3).

No ano de 2008, na 1ª Oficina sobre licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento, foi realizado um levantamento de todas as pendências e providências que cada Superintendência havia implementado e as que necessitavam implementar em sua unidade em relação à gestão ambiental.

O INCRA tem implementado várias ações para regularizar e dar continuidade à gestão ambiental, para torná-la uma ação incorporada definitivamente como parte da reforma agrária.

As ações instituídas, pelo INCRA refletiram e foram implementadas pela Superintendência que muitas vezes esteve à frente nas ações de gestão ambiental vinculadas a reforma agrária.

Porém, estes históricos das ações do INCRA e da Superintendência demonstram que houve iniciativas, e evolução para implantação de gestão ambiental para o público externo. Contudo, internamente, o INCRA não instituiu nem uma norma ou orientação de gestão ambiental. Apenas em meados de 1995 a Superintendência, implantou timidamente a separação do papel, principalmente pela iniciativa pontual de alguns servidores.

A partir do Decreto 5.940/2006 (BRASIL, 2006), que tem como objetivo instituir a separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, a Superintendência adquiriu lixeiras novas para as salas e distribuiu em dois corredores os recipientes coloridos, conforme Resolução CONAMA Nº 275, de 25 de abril de 2001 (BRASIL, 2001a). Foi proferida uma palestra sobre o assunto.

Em 2008, por iniciativa de um Gestor adquiriu-se xícaras para incentivar a diminuição do uso de copos plásticos.

E estas foram as ações de responsabilidade ambiental implantadas na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul até o momento. Dias (2011, p.110) afirma que

[...]a adoção de sistema de Gestão ambiental nas empresas deve ser acompanhada de uma mudança cultural, em que as pessoas tem que estar mais envolvidas com a nova perspectiva. Nesse sentido alguns hábitos e costumes arraigados que são consolidados no ambiente externo das empresas devem ser combatidos e outros positivos devem ser assimilados pelo conjunto da organização.

2 CONCEITOS E PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Conforme a Agenda Ambiental na Administração Pública (BRASIL, 2009c, p. 27), não existe um entendimento único ou uma definição universal para a Responsabilidade Socioambiental. O documento salienta que:

O mais importante da responsabilidade socioambiental é entender que se trata de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs, para avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a entidade interage: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o próprio meio ambiente.

O conceito de sustentabilidade também está relacionado com a responsabilidade ambiental. Segundo José Luciano Penido em depoimento para Voltolini (2011, p.198), a sustentabilidade “é um modelo de gestão que equilibra, de maneira conveniente, a geração de valor econômico com os valores social e ambiental, distribuindo razoavelmente entre as partes interessadas os resultados desse equilíbrio, mediante um processo de diálogo com todas elas”.

As definições de sustentabilidade, em resumo, se voltam para atividades que têm como objetivo garantir as realizações econômicas atuais sem comprometer o futuro das próximas gerações, definição utilizada pela ONU.

Leonardo Boff (BOFF, 2012) define sustentabilidade como:

[...]toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução.

Tomando como base as definições expostas, neste estudo será adotado o seguinte conceito de responsabilidade ambiental: Responsabilidade ambiental são práticas individuais ou coletivas que têm como objetivo manter a sustentabilidade do planeta. Por sustentabilidade será adotado o conceito de Boff (2012) citado acima.

Algumas organizações incorporam práticas ambientais que vão além das medidas legais. entre as quais Dias (2011, p 176) elenca:

- implantar um sistema de gestão ambiental;
- proceder a modificação no processo produtivo, substituindo os produtos tóxicos ou nocivos por outros menos prejudiciais;

- estabelecer um programa de redução de emissões de poluentes;
- estabelecer programas de formação e informação ambiental para o quadro de pessoal da organização;
- criar um setor responsável, prioritariamente, com a questão ambiental na organização;
- elaborar códigos de conduta de respeito ao meio ambiente;
- participar ativamente das campanhas educativas e de prevenção organizadas pelos governos em todos os níveis, e daquelas promovidas pelas entidades representativas do setor produtivo;

A gestão ambiental é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, na conquista da qualidade ambiental desejada (Viterbo Jr. 1998), seja ela uma organização pública privada ou do terceiro setor.

No Governo Federal as práticas de responsabilidade ambiental são citadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (BRASIL, 2009c) que está baseada em eixos temáticos que propõe medidas relativas à reutilização e reciclagem de resíduos e adequação e redução de consumo de recursos como Madeira, Papel, Energia Elétrica e Água.

2.1 REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS

A gestão dos resíduos sólidos é uma tarefa que deve estar agregada aos hábitos de cidades e organizações que adotam a coleta seletiva de lixo, como se espera também da Superintendência. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010a), assim define resíduos sólidos

[...]material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

A separação dos resíduos recicláveis descartados é uma obrigação para entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, determinada pelo Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 (BRASIL, 2006).

O processo de coleta Seletiva tem duas etapas distintas: Separação do Lixo na Fonte e a Coleta. A separação dos resíduos recicláveis é a primeira fase da coleta seletiva, e é importante para não ocorrer perda dos materiais.

Os resíduos podem ser classificados de: Recicláveis e Não recicláveis. Os materiais recicláveis são compostos essencialmente por papel, papelão, vidro, metal e plástico e os não recicláveis são compostos pelos materiais orgânicos e os não recicláveis.

A separação correta de resíduos deve ocorrer colocando os materiais nos lixos estipulados para cada tipo de material:

a) Papel em recipiente de cor azul se colocará: Jornais e revistas, caixas em geral, aparas de papel, fotocópias, envelopes, cartazes velhos, papel de fax e embalagens longa vida;

b) Plásticos em recipiente de cor vermelha se colocará: copos descartáveis, sacolas, sacos plásticos, CDs, disquetes, embalagens plásticas, embalagens tipo PET, canos e tubos plásticos em geral;

c) Metais em recipiente de cor amarela: Tampinha de garrafa, latas de óleo, leite em pó e conservas, latas de refrigerante, alumínio, embalagens metálicas de congelados;

d) Vidro em recipiente de cor verde: Recipientes e frascos em geral, garrafas de bebidas, copos, potes de produtos alimentícios e cacos;

e) Orgânico em recipiente marrom: Restos de comida, papel higiênico, lenços de papel, guardanapos, absorventes;

f) Não recicláveis em recipiente cinza: Etiquetas adesivas, papel carbono e celofane, fita crepe, papéis sanitários, papéis molhados ou sujos de gordura, papéis metalizados, parafinados ou plastificados, guardanapos usados, bitucas de cigarro, fotografias, acrílicos, clips, grampos, esponjas de aço, tachinhas, pregos, espelhos, vidros planos e cristais, cerâmicas e porcelanas, tubos de aparelhos de televisões e computadores, e lâmpadas fluorescentes;

e) Outros materiais que devem fazer parte dos materiais recicláveis:

e.1) Isopor: O isopor, em algumas cidades, principalmente nas que tem fabricas destes materiais, é readquirido para novamente ser utilizado como matéria prima. Pode ainda ser utilizados para decoração e trabalhos manuais;

e.2) Lâmpadas: A lâmpada fluorescente contém mercúrio e ao descartá-las nos lixões ou aterros sanitários, elas contaminam os demais resíduos, o solo e, mais tarde, os cursos d' água e lençóis freáticos, podendo chegar inclusive à cadeia alimentar, sendo absorvido pelos organismos

vivos (LIMA, 2007). O mercúrio é nocivo aos seres vivos e extremamente prejudiciais à saúde humana, podendo causar efeitos irreversíveis ao sistema nervoso. A Agenda sugere que cada órgão deve buscar uma solução para a descontaminação e descarte de lâmpadas. As incandescentes, halógenas e de sódio de baixa pressão podem ser recicladas normalmente, mesmo quebradas;

e.3) Borracha: No serviço público devido à grande quantidade de veículos ocorre a necessidade de descarte de pneus, devido aos riscos que os mesmos trazem para a degradação ambiental e saúde pública. Estes devem ser encaminhados para depósitos próprios;

e.4) Pilhas e baterias: Estes itens têm elevado teor de chumbo, mercúrio e cádmio devem ser recolhidos para estabelecimentos comerciais, revendedores e assistência técnica autorizada;

e.5) Cartuchos e *toners*: Estes também são resíduos perigosos e tem que ter uma destinação adequada. Podem contaminar água, solo, animais e seres humanos. Deve ser encaminhado para a recarga, caso contrário devem ser destruídos;

e.6) Madeira: A madeira é um recurso renovável, mas ela depende de um manejo adequado das florestas produtoras com uma exploração ordenada, portanto a madeira a ser consumida tem que ser procedente de florestas com manejo adequado. Esta deve ser uma exigência ao adquirir estes materiais;

2.2 ADEQUAÇÃO E REDUÇÃO DO CONSUMO

A redução de consumo e o combate ao desperdício é uma tarefa que deve vir antes da coleta seletiva de lixo. Os resíduos cujo consumo devem ser reduzidos são os seguintes:

a) MADEIRA: A administração pública é uma grande consumidora de madeira principalmente para mobiliário e divisórias. A madeira é um recurso natural renovável totalmente assimilável pelo meio ambiente. O consumo da madeira para ser considerado sustentável depende do manejo adequado das florestas. Este assunto foi amplamente debatido nos últimos meses em todo o Brasil tendo em vista a votação da legislação do código florestal. A administração pública tem que verificar a procedência da madeira dos bens que ela vai adquirir;

b) PAPEL: Este bem também depende da madeira e é muito consumido nos órgãos públicos, na Superintendência é o segundo item em valor econômico e o primeiro item em quantidade adquiridos, sem contar os envelopes e capas de processo. Na fabricação de papel não pode-

mos falar apenas nas florestas necessárias como matéria prima, temos que agregar também o consumo de energia elétrica e água, e em consequência gera efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissão atmosféricas. Portanto economizar o uso do papel, reutilizá-lo, reciclá-lo, investir em sistemas informatizados são práticas importantes para o uso consciente do papel;

c) **ENERGIA ELÉTRICA:** O consumo de energia elétrica pela administração pública é grande e esta baseada principalmente no uso do ar condicionado, equipamentos e iluminação. Existem legislações e programas que incentivam a utilização eficiente da energia elétrica, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), Lei Nº 10.295/2001 (BRASIL, 2001b), que indica índices mínimos de eficiência, e máximo de consumo de energia elétrica dos equipamentos comercializados, etc. A administração pública pode economizar energia elétrica adaptando e instalando em seus prédios equipamentos com tecnologias mais avançadas que consomem menos energia, procurar soluções arquitetônicas, mudar hábitos dos usuários e outras medidas que estudos específicos podem indicar, sem comprometer as viabilidades técnico-econômicas;

d) **ÁGUA:** A água é um bem de uso comum e essencial para a vida e se destaca como uma preocupação mundial o seu uso sustentável. As medidas que podem ser utilizadas para reduzir o consumo nos edifícios são instalação de equipamentos para reutilização das águas pluviais e as chamadas águas cinza. Para este item também há legislações específicas como o Código das Águas, Decreto nº 24.643/1934 (BRASIL, 1934), e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

2.3 OUTRAS MEDIDAS

a) Manter uma manutenção eficiente da frota de veículos de tal forma que minimize o lançamento de poluentes no ar, solo e nas águas.;

b) Administrar o lixo eletrônico principalmente os computadores e seguir a legislação do Plano Nacional dos Resíduos Sólidos;

c) Investir em obras e construções sustentáveis que minimizem os impactos ambientais economizando recursos naturais, e melhorando a qualidade de vida dos usuários das edificações públicas;

d) Todas estas práticas devem estar presentes nas aquisições de bens, contratação de obras e serviços pela administração pública, as chamadas licitações sustentáveis, que levam em

conta a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Segundo o Portal de compras do Governo Federal, Comprasnet, o conceito de (BRASIL, 2009 d) “contratações públicas sustentáveis são as que consideram critérios ambientais, econômicos e sociais, em todos os estágios do processo de contratação, transformando o poder de compra do Estado em um instrumento de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento econômico e social.”

O governo federal tem alterado frequentemente as legislações que tem como objetivo regular as compras e contratações públicas e nestas alterações são incluídas expressões que remetem aos cuidados com o meio ambiente. Como exemplo destas mudanças, citamos a Lei nº 12.349/2010(BRASIL, 2010b), que altera o art.3º da Lei 8.666/93, chamada de Lei das Licitações (BRASIL, 1993) que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A expressão “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” passa a fazer parte deste artigo..

Outro exemplo de legislação instituída pelo Governo Federal para regular e alinhar as compras públicas com critérios que prevêm a preservação do meio ambiente é a Instrução Normativa Nº 01/2010 (BRASIL, 2010c) que: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão foi feito um estudo exploratório e descritivo, de natureza predominantemente qualitativa. Trata-se de um estudo exploratório porque, como afirma Gil(1999), foi “desenvolvido no sentido de proporcionar uma visão geral a cerca de determinado fato, portanto é uma pesquisa que será realizada,considerando-se que o tema é pouco explorado e difícil de formular-se hipóteses”.

O estudo resulta de uma pesquisa de dados secundários na legislação, documentos do INCRA e de outros órgãos da administração pública federal, livros, revistas e sítios da internet.

Os dados primários serão oriundos de duas fontes: 1) Entrevistas com os funcionários da Superintendência, para indicar as suas práticas de responsabilidade ambiental; 2) Observação direta dos sinais de responsabilidade ambiental no âmbito da Superintendência.

As entrevistas visaram atender os objetivos do estudo buscando identificar quais são as atitudes e ações dos servidores relativas à responsabilidade ambiental, quais as ações efetivamente praticadas, se conhecem mais ações do que as praticadas, quais as causas de não praticá-las, quais as sugestões de ações que podem ser praticadas e de que forma podem ser implantadas. Foram levantadas também características demográficas tais como idade, sexo, tempo de serviço.

O roteiro das entrevistas que consta em anexo foi alterado após a primeira entrevista porque percebeu-se que ao questionar sobre o consumo de materiais renováveis, o primeiro material citado no roteiro era a madeira, os entrevistados não tinham uma resposta rápida para este questionamento. E assim truncava a entrevista, e desanimava o entrevistado, talvez pelo esforço exigido. Trocando a ordem, questionando primeiro sobre consumo de papel, um material de uso mais frequente, as entrevistas subsequentes fluíram melhor do que na primeira.

Este procedimento está de acordo com o que afirma Malhorta (2006, p.304):

As perguntas difíceis ou perguntas delicadas, complexas ou maçantes devem ser colocadas no final da sequência. Após estabelecida a comunicação e envolvidos os entrevistados, há menor probabilidade deles objetarem a essas perguntas.

A Superintendência tem aproximadamente 150 servidores distribuídos em cinco Divisões. As entrevistas foram aplicadas a 12(doze) funcionários, que não foram identificados pelo nome, e sim pela indicação variando, de F1 a F12. Os entrevistados foram escolhidos principal-

mente da área fim, que tem como tarefa principal obter terras, acompanhar os pequenos agricultores e quilombolas na sua fixação na terra e em todas as fases deste processo de forma sustentável.

A observação direta foi realizada pela própria pesquisadora, que identificou nos três andares da Superintendência a presença de sinais indicativos de responsabilidade ambiental, tais como, cartazes, lixeiras específicas, copos descartáveis, etc.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

O instrumento principal deste trabalho foram as entrevistas, que tiveram como base um roteiro que foi fundamentado na literatura e nas práticas de responsabilidade ambiental indicadas para organizações, conforme o referencial consolidado nas seções 1 e 2 desse trabalho. Abaixo, são indicadas as respostas dos entrevistados, organizadas por tema. As entrevistas, como já foram mencionadas, foram baseadas em um roteiro preestabelecido, gravadas e transcritas, onde os entrevistados podiam dar sua opinião livremente.

4.1 COLETA, SEPARAÇÃO E RECICLAGEM

O primeiro eixo trabalhado com os entrevistados foi a questão da coleta seletiva, separação do lixo e reciclagem com o seguinte questionamento: Como você vê a seleção do lixo reciclável na Superintendência? E as respostas foram às seguintes:

F1 - Olha meio deficitária até ela ocorre, mas não da forma correta.

F2 - Olha pelo o que observo não tem, o que acontece, a gente tem as lixeiras adequadas para a separação do lixo, mas na hora do recolhimento é feito tudo junto. Como é feito? A responsável pela coleta entra na sala com um saco e coloca tudo dentro de um mesmo saco sem separar então a gente pode até separar na sala, mas na hora de recolher mistura tudo de novo. Portanto não é feito.

F3 - Acho que não é feita, a impressão que tenho pelo menos o que eu acompanho a gente separa e depois fica tudo misturado, pelo menos a impressão, não cheguei a ver a fundo, não é feita uma seleção correta, tirando os lixos que estão nos corredores são separados. mas também não sei se mantém a separação. ou se são misturados depois.

F4 - Eu vejo que foi feito uma tentativa de fazer a separação de lixo na origem tem recipientes para material metálico, plástico e orgânico, mas não houve uma motivação para isto, uma capacitação, então não avançou.

F5 - Eu vejo com grande evolução, já tivemos grandes avanços, não havia política, não havia fluxo, mas acredito que sempre há espaço para evoluir, mas vejo já em evolução.”

F6- É falha, não esta satisfatória, existe um programa, a gente fez uma palestra, colocou lixeiras para coletar principalmente papel que é o material que a gente mais usa, mas a destinação ainda não esta definida.” O entrevistado pergunta, como definida? Definida formalmente como esta na legislação.

F7 - Não tem, tem os lixos, os contêineres, mas a gente ficou sabendo que na hora de recolher é tudo misturado, fiquei meio frustrada, quando fiquei sabendo.

F8 -Eu acho que poderia melhorar o pessoal não obedece muito os indicativos das caixas coloridas e parece que tem andares que não tem o marcador tu não sabe que cor é para aquele tipo de lixo, isto poderia corrigir e tal mas de maneira geral eu acho sempre uma boa eu faço reciclagem na minha casa.

F9 - Assim com a introdução dos coletores separados eu acho que ajudou bastante, os recipientes separados por cores de metal, de madeira, deram um certo impacto mas foi mais no começo hoje eu noto que as pessoas separam o papel do lixo orgânico, mas não mais que isto o plástico vai junto com o papel, este cuidado se perdeu um pouco, eu noto até o orgânico junto com papel, porque só separar o molhado do seco e esta pronto como a gente tem os recipientes certinhos eu pelo menos cuido para colocar e na hora de colocar noto que tem trocados.

F10 - Precisa se adaptar às normativas no Governo Federal e, também, de uma forte campanha interna de conscientização.

F11- Alguns selecionam corretamente, outros não; talvez fosse necessária uma nova campanha de conscientização.

F12 - A superintendência tem adotado medidas para coletar o lixo reciclável, existem lixeiras específicas para coleta de papel, plástico, metal, vidro e madeira, entretanto acredito que as questões de educação ambiental deveriam ser mais debatidas e difundidas, até mesmo para conscientizar as pessoas não somente da importância da reciclagem e da separação de resíduos, como também da redução de consumo e reutilização, quando possível.

O entrevistado F2 observou que existe a separação nos recipientes, mas na hora de recolher o lixo é misturado também evidenciado pelos entrevistados F3 e F7.

Os entrevistados F9 e F11 indicam que na ocasião em que foram adquiridos os recipientes e explicado os objetivos destes, houve um estímulo e era praticada a separação do lixo, mas com o tempo isto se perdeu.

Os entrevistados, de maneira geral, entendem que deve haver uma separação mais eficaz (F5, F6,F8, F9, F10, F11). O entrevistado (F6) diz que a destinação do lixo reciclável tem que ser definida conforme legislação. Esta opinião é compartilhada pelo entrevistado F7. Neste caso, a legislação, Decreto 5.940/2006(BRASIL, 2006), prevê a destinação do lixo para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A expressão e ação conscientizar, surgiu em algumas entrevistas, um dos entrevistados (F12) foi enfático em afirmar que:

...as questões de educação ambiental deveriam ser mais debatidas e difundidas, até mesmo para conscientizar as pessoas não somente da importância da reciclagem e da separação de resíduos, como também da redução de consumo e reutilização, quando possível.

As entrevistas demonstram que a coleta seletiva e a reciclagem foram implantadas, e houve divulgação, mas após este período nada mais foi implementado e, em consequência, as práticas de responsabilidade ambiental, como reciclagem, separação de resíduos, etc. diminuíram na Superintendência. Logo, é possível afirmar que tais práticas não estão consolidadas na Superintendência.

O Órgão implantou uma prática de responsabilidade ambiental e capacitou apenas em um momento, não fez um trabalho de conscientização, não implantou um procedimento, que conforme Nicoletta, Marques e Skorupa (2004, p. 12):

A empresa deve estabelecer procedimentos que propiciem aos seus empregados a conscientização da importância e responsabilidade em atingir a conformidade com a política ambiental; em avaliar os impactos ambientais significativos, reais ou potenciais de suas atividades, os benefícios ao meio ambiente que possam resultar da melhoria no seu desempenho pessoal, bem como as consequências potenciais da inobservância dos procedimentos operacionais recomendados. Ainda, identificar as necessidades de treinamento, particularmente aos empregados cujas atividades possam provocar impactos ambientais significativos sobre o meio ambiente.

Fica evidente, em relação ao tema da seleção do lixo e reciclagem, principalmente dos resíduos de papel, que alguns entrevistados separam os resíduos recicláveis dos não recicláveis, mas na hora de recolher o lixo eles são misturados novamente, ou seja, mistura os copos sujos, o lixo orgânico com os papéis, plásticos, etc.

De acordo com Agenda Ambiental na Administração Pública (2009, p. 54), a vantagem de garantirmos que os resíduos sólidos estejam separados na origem é que já nesta fase eles já podem ser prensados em fardos, recolhidos e repassados para empresas que trabalham com reciclagem. Depois de prensados, os papéis passam a ser denominados de aparas e quanto mais limpas as aparas maior o seu valor comercial.

Este primeiro questionamento poderíamos dizer que é o mais importante em relação ao objetivo principal deste estudo, que é identificar como ocorre as práticas de responsabilidade ambiental dos servidores do INCRA no cotidiano da Superintendência, e que através deste questionamento percebe-se que as práticas de responsabilidade ambiental existem, mas não estão ocorrendo como práticas incorporadas e consolidadas.

Para consolidar as práticas de responsabilidade ambiental é necessário como preconiza a Agenda Ambiental na Administração Pública (BRASIL, 2009c), o engajamento individual e coletivo para a criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade no setor público. E a

forma de alcançar estes objetivos é através da sensibilização e capacitação dos servidores, terceirizados e demais indivíduos que atuam nas organizações públicas.

O segundo questionamento tem o objetivo de verificar se existe consenso entre os entrevistados, se os resíduos gerados pela Superintendência podem ser reciclados.

È unânime o entendimento que o maior volume e o principal resíduo a ser reciclado na Superintendência é o papel, e em segundo plano, foi citado como reciclável o lixo orgânico, os copinhos plásticos, eles estão se referindo aos copos de cafezinho e água, e ainda foi citado os pneus, cartuchos e toner, pilhas e baterias, chamando a atenção que estes têm que ser corretamente separados para evitar a contaminação do meio ambiente. Um entrevistado sugere que a erva do chimarrão poderia ser destinada à produção de adubo orgânico.

E um entrevistado fez a seguinte afirmação:

F12 - Também existem resíduos eventuais, principalmente devido a obras e reformas, que atualmente passamos a exigir um maior controle por parte das empresas construtoras, através da elaboração de projeto de gestão de resíduos das obras.

Assim como, já citamos no Capítulo anterior, o governo federal tem uma preocupação com o consumo do papel, os entrevistados também têm e entendem que este é o material reciclável de maior volume na Superintendência. O consumo de papéis está relacionado também com o consumo de madeira, água e energia e gera efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões de gases. Com a evolução das tecnologias, a tendência nos serviços públicos é substituir os processos pelo equivalente eletrônico, mas até lá temos que otimizar o uso do papel.

Em comparação com outras organizações públicas, a dificuldade desta unidade em relação aos resíduos sólidos é de pequeno porte, praticamente se restringe aos resíduos de papel, tendo em vista ser uma unidade com número reduzido de recursos humanos e físicos.

4.2 CONSUMO DE BENS RENOVÁVEIS

As questões três, quatro, cinco e seis são baseadas no consumo dos bens renováveis: papel, madeira, energia elétrica e água.

Em relação ao consumo de papel a primeira entrevistada acha que a redução do consumo de papel é difícil mas o que poderia ser feito é a reutilização do papel como rascunho e o uso da frente e verso.

F 1 - E bem complicado mas até em algum caso poderia ser feito isso, alguns documentos que poderiam ser usado frente e verso as folhas que fizemos um erro grave que poderia ser usado como rascunho ou para alguma anotação.

Os entrevistados F2, e F3, como o F1, citaram a questão da impressão de frente e verso, inclusive um se referiu as impressoras que permitem esta forma de impressão. Os entrevistados F1, F2, F3, F4, F7 E F9 falaram da reutilização do papel principalmente como rascunho.

É unânime opinião dos entrevistados que deve-se diminuir o consumo de papel, e que há espaço para implantar medidas de redução. Sobre o tema, o entrevistado F6 tem a opinião que o consumo de papel é irresponsável e o F12 diz que tem que ser reduzido drasticamente. Os entrevistados F3, F8, F10 e F12 entendem que tem que ser implantada a digitalização de documentos, apesar das dificuldades tendo em vista a cultura do papel oficializar os processos.

O consumo de madeira como já foi comentado foi o questionamento com maior dificuldade de resposta, pois os entrevistados F4, F5, F6, F7 e F8 afirmaram que não existir consumo de madeira na Superintendência, indicando desconhecer a grande quantidade de madeira consumida pela Superintendência no seu cotidiano.

Os entrevistados F2 e F9, citaram a compra de móveis como consumo de madeira, e comentaram que a renovação dos móveis tem o objetivo de modernizar a Superintendência, que ocorre a compra de móveis com qualidade inferior aos mais antigos.

Os entrevistados F10 e F11 associaram a redução do consumo de papel com o consumo de madeira, os entrevistados, sendo que um deles fez o seguinte comentário:

F 11 - Economizando papel estaremos reduzindo indiretamente o consumo de madeira e, com a digitalização dos documentos impressos existentes, estaremos reduzindo a necessidade de novos móveis para guardar estes documentos.

O entrevistado F12 respondeu o seguinte sobre o consumo da madeira:

F12 - Quanto à madeira, acredito que devemos utilizar racionalmente, certamente um consumo predatório pode contribuir para a redução de nossas florestas nativas. Entretanto acho que a questão principal da madeira é a sua procedência, ou seja, se ela vem de uma área que realiza um manejo adequado, ou se vem de uma mata nativa explorada indevidamente. Atualmente existem selos e certificados que informam a legalidade do manejo. Um exemplo é o certificado FSC que atesta que um produto que utiliza madeira como insumo direto ou indireto (papel de embalagem), vem de uma área que realiza manejo adequado.

No tema do consumo de energia elétrica os entrevistados coincidiram na citação das seguintes práticas que deveriam ser adotadas:

Desligar os interruptores de luz das salas e aparelhos de ar condicionado quando sair da sala, fechar as portas quando os aparelhos de ar condicionado estiverem ligados, estas praticas foram citadas pelos entrevistados F2, F3, F7, F9 e F11.

Os entrevistados F2 e F7 citaram como prática a utilização com maior frequência da luz do sol, ao invés de ligar as luzes, e abrir as janelas em substituição ao ar condicionado.

O entrevistado F4 sugeriu diminuir o número de lâmpadas. O entrevistado F1 sugeriu re-tornar os sensores de presença.

O entrevistado F 4 colocou o seguinte:

F 4 - Eu acredito que a troca dos aparelhos de ar condicionado tem reduzido significativamente o consumo, apesar de observar que uns aparelhos de ar condicionado foram adquiridos sem levar isto em conta, são da classe C.

Outro entrevistado entende que para diminuir o consumo de energia elétrica os servidores não deveriam utilizar os aparelhos de ar condicionado no frio máximo. Para os servidores não esquecerem de desligar os aparelhos de ar condicionado eles deveriam ter *time* e as lâmpadas sensor para ligarem e desligarem conforme a claridade. Esta é a resposta do entrevistado F7.

E ainda houve as seguintes respostas:

F 12 - Atualmente estamos finalizando um reforma nas instalações elétricas no prédio, sendo que a fiação antiga foi substituída por cabos de cobre com alto grau de pureza e revestimento de baixa toxicidade, evitando perdas por falhas na condução da energia. Também foram instaladas luminárias fluorescentes de auto rendimento, diminuindo drasticamente a carga dos circuitos de iluminação do prédio. Também deverão ser mantidos os sensores de presença nos corredores.

F5 - É acho que o consumo em geral de todos os recursos, água, luz ainda é irresponsável, ainda a gente desperdiça mais do que deveria, aos poucos as pessoas vão tendo consciência por causa das campanhas, acaba se conscientizando, mas ainda a gente não tem esta preocupação de reduzir o uso que é um dos pilares da questão ecológica reduzir, reciclar e reutilizar.

F 10 - Primeiro a substituição de aparelhos de ar condicionados antigos por mais modernos (split), os quais são mais econômicos em termos de gastos de energia. Segundo a reforma das instalações elétricas substituindo luminárias ineficientes por outras com mesmo poder de iluminação, mas com lâmpadas de baixo consumo de energia.

E dois entrevistados disseram que não existe desperdício de energia elétrica na Superintendência.

Em relação ao consumo de água os entrevistados de forma geral entendem que não existe desperdício de água na Superintendência, principalmente pelo fato das torneiras serem automáticas com vazão controlada, e sugerem a adoção das seguintes medidas:

F5 - Talvez os vasos sanitários, podemos pensar a longo prazo, talvez valha a pena o mecanismo diferenciado de vazão para urina e para fezes fora isto o consumo é bem responsável.

F6 - É acho que o consumo em geral de todos os recursos, água, luz ainda é irresponsável, ainda a gente desperdiça mais do que deveria, aos poucos as pessoas vão tendo consciência por causa das campanhas, acaba se conscientizando, mas ainda a gente não tem esta preocupação de reduzir o uso que é um dos pilares da questão ecológica reduzir, reciclar e reutilizar.”

F7 - Acho que as hidras do banheiro poderiam ser trocadas, poderiam ser modificadas, acho que é isso. Pensa-se num projeto para substituição dos vasos e caixas sanitárias por novos que utilizam muito menos água.”

F12 - Quanto a economia de água a superintendência já utiliza a tempo torneiras automáticas de vazão controlada. Também existe uma experiência na garagem de utilização de água da chuva para lavagem de veículos. Entretanto podemos avançar futuramente com uso maior da água da chuva, principalmente para utilização nos banheiros. Também seria interessante a instalação de sanitários que utilizam menos água para limpeza.”

Os entrevistados fizeram várias sugestões para reduzir o consumo de papel, energia elétrica e água e a maioria tem a opinião de que precisamos diminuir o consumo destes bens. Na opinião dos entrevistados muitas práticas e atitudes para economizar não dependem deles, e sim de equipamentos e instalações que devem ser adquiridas pela organização.

Ao compararmos o conteúdo das entrevistas com as práticas sugeridas pela bibliografia analisada e órgãos vinculados ao meio ambiente, pode-se dizer que as práticas de redução de consumo são conhecidas e alguns servidores as conhecem em profundidade. Um entrevistado citou os 3R's Reduzir, Reutilizar e Reciclar que são expressões utilizadas em projetos de Educação Ambiental, conforme a Agenda Ambiental na Administração Pública (2009c, p.40). Atualmente se usa a política dos 5R's Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar, que tem a vantagem de não focar apenas na reciclagem leva o administrador a refletir sobre o consumismo.

Em relação ao questionamento do consumo da madeira, pode-se afirmar que a relutância em responder e até mesmo não ter respostas para este questionamento deve-se ao fato do consumo da madeira não ser muito visível, pois a maioria dos servidores não se envolvem com a aquisição de móveis e também não associaram o consumo de papel ao de madeira. Apesar disso conforme entrevistas transcritas as entrevistas acima F11 e F12, estes citaram as práticas conforme a bibliografia aqui estudada.

4.3 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

As perguntas seis e sete se referem às compras e contratações de obras, quando é perguntado aos entrevistados se eles conhecem projetos básicos de compras e obras públicas e se estes podem prever ações de responsabilidade ambiental.

Os entrevistados F1, F2, F3, F4, F5, F6, F7 e F11 responderam que não conhecem Projetos Básicos de compras e contratações de obras, mas complementam as respostas em relação a prever ações de responsabilidade ambiental citando compra de papel reciclado.

Sobre isso, nas obras comentam a questão dos materiais utilizados e os resíduos das obras. Os entrevistados deixam claro que tem um conhecimento superficial sobre o assunto, mas demonstram ter o entendimento que de uma forma ou de outra a questão da responsabilidade ambiental tem que estar presente nos Projetos Básicos. Conforme as respostas transcritas abaixo:

F3 - Não entendo muito da parte de compras, mas acho que é super necessário envolver a questão da responsabilidade ambiental em tudo que se faz, compras no nosso trabalho do dia, dia, mas não tem muito incentivo a isso, me refiro a questão orçamentária e financeira para poder fazer uma política de Rh na área de educação ambiental, por exemplo, tu não tem orçamento que preveja isto então fica muito difícil, como eu vou fazer um trabalho educativo, na área ambiental acho que os outros setores passam pelo mesmo problema é uma coisa que o governo deveria incentivar mais e ter orçamentos específicos para trabalhar com estas questões.

F5 - Mas acredito que eles já devem prever alguma coisa para promover um consumo mais responsável para equipamentos que poluam menos.

F8 - Bem as obras públicas são obrigadas, dependendo da obra tem que ter licença e tal, então se tu vai fazer um paralelo mas seria interessante de privilegiar as empresas que trabalham com materiais ecologicamente corretos.”

F9 - Cabe nas compras, comprar papel reciclado, mandar fazer jornal com papel reciclado, talvez não seja o mais adequado porque o papel reciclado é mais caro e requer mais tinta para fazer o jornal o que ambientalmente não é correto também. Mas a aquisição do material de consumo desde a hora que a gente vai comprar já influencia. A caneta, por exemplo, se tu puder só reutilizar a carga, já estará evitando de colocar plástico no lixo ao invés de toda hora comprar uma caneta nova, na hora de comprar ela pode ser mais cara mas depois é só comprar a carga.”

F9 - Tem que ter no Projeto básico esta questão do fim das obras, de pensar onde vão os entulhos, no início do projeto tu tem que pensar nesta destinação, uma coisa que eu vi aqui na superintendência acho que foi até na época de Viamão que tinha todo este cuidado com as coisas ou com a correta destinação dos móveis velhos para doação isto é legal.

F10 - Prever compras de materiais reciclados (por exemplo, papel), na compra de veículos, por exemplo, estabelecer conformidade com índices internacionais de emissão de gases poluentes. Prever utilização de materiais ecologicamente corretos e de baixo impacto ambiental.

F12 - Sim, e é extremamente trabalhoso fazer um projeto básico, uma vez que o mesmo exige busca de conhecimento para elaboração ou até mesmo a consulta ou contratação de profissionais adequados para auxiliar na elaboração, pois para fazermos uma boa compra devemos buscar a melhor especificação técnica que atenda ao usuário e que não restrinja a competitividade.

Com a IN 01/2010 incentiva a adoção de princípios de sustentabilidade e ambiental nas compras públicas, entretanto a legislação ainda é vaga e não foi elaborado nenhum manual orientando a adoção de tais procedimentos nas compras. Portanto a responsabilidade de adotar e justificar os critérios recai sobre o servidor que faz o projeto básico. Entretanto acredito que devemos utilizar cada vez mais critérios ambientais, principalmente no que diz respeito a vida útil de produtos/durabilidade, consumo de energia, desempenho, entre outros.

Sim. Uma obra de construção ou reforma sendo ela pública ou privada é uma atividade impactante por natureza, entretanto a legislação ambiental tem contribuído, cada vez mais, para que ocorra uma redução desse impacto. Além do licenciamento ambiental das obras os órgãos ambientais vêm exigindo cada vez mais a gestão adequada dos resíduos oriundos das obras, além do cumprimento da recuperação de passivos ambientais. Entretanto os projetos básicos podem ser melhorados do ponto de vista ambiental, principalmente na fase de elaboração dos projetos, observando princípios como o da eficiência energética, especificação de insumos mais sustentáveis ambientalmente, entre outros.

Os entrevistados apesar de não acompanharem e conhecerem os Projetos Básicos de compras, contratações de serviços e obras públicas entendem que de uma forma ou outra tem que constar princípios de sustentabilidade nas licitações públicas.

Os Órgãos Públicos tem um poder de compra e de contratação muito grande, com um grande poder de influenciar os mercados e quando estes órgãos exigirem bens, serviços e obras que adotem os princípios de sustentabilidade, os mercados se adaptarão a essas exigências. Assim as compras e contratações públicas estão passando por uma fase de adaptação onde cada vez mais será exigido bens e serviços que em todas as suas fases de produção e processos constem ações que reduzam os impactos ambientais e sociais.

4.4 SUGESTÕES DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Para finalizar as entrevistas, foi solicitado para os entrevistados sugestões de práticas de responsabilidade ambiental que poderiam ser implantadas na Superintendência. Os entrevistados sugeriram as seguintes práticas:

F1 - Incentivar os servidores que utilizem suas canecas, para economizar os copos plásticos e utilizar uma garrafa de água com o mesmo propósito.

F2- Adequar a forma de recolher o lixo, exigir da empresa contratada. Fazer bloquinhos de papel usado é uma prática que se faz em alguns órgãos que eu conheço e que é super simples tem que ter guilhotina para cortar a folha, eu vejo o pessoal várias vezes pegando folha em branco para fazer anotações então pega as folhas que estão usadas de um

lado e fazer bloquinho. Fazer uma campanha interna para reduzir luz de tal a tal hora, abrir cortina, enfim estas coisas podemos fazer.

F3 - Acho que o reaproveitamento seria uma sugestão, eu observei que lá na sede eles tem um trabalho bem legal de divulgação é o seu ressinca, ou alguma coisa assim, personagem que eles criaram, nas salas tem caixas que o pessoal deposita o papel e depois tem gente que recolhe e transforma em bloquinhos e outras coisas assim, porque para mim a coisa mais grave é a questão do papel e é uma ação simples, neste caso tu não precisa de verba, não precisa de nada basta boa vontade de um grupo de pessoas. Eu sempre achei que deveria ter previsão orçamentária para políticas de educação ambiental, uma coisa mais grandiosa, uma maneira de ensinar as pessoas e educar a usar melhor o papel, e também daria para fazer materiais de divulgação como não desperdiçar água. E isto ajudaria também o cotidiano das pessoas, nas suas casas, como não desperdiçar água, lixo, enfim, ações educativas, digitais pela internet.

F4 - Eu acho que a gente poderia gerar energia própria, nós temos uma cobertura do prédio que poderia ser colocada placas solares, acho que daria para fazer um ótimo aproveitamento só isto já daria uma redução enorme de energia elétrica.

F5 - Como eu vejo uma grande evolução, mas voltando ao nível do servidor, talvez a questão dos veículos a renovação da frota e independente do governo instituir ou não a inspeção veicular verificar quais os veículos que estão poluindo mais, outra pratica seria o plantio de árvores, mas estamos com a área física bem dimensionada talvez isto na pratica isto não seria possível, fora isto vou bater na tecla das palestras de cunho para separação de materiais porque nem todos os servidores tem esta cultura da separação , por mais que a administração se esforce, pois ninguém pode dizer que não separa porque não tem recipientes mas muita gente não tem esta cultura é isto que poderia ser feito.

F6- Além da questão da coleta seletiva eu não sei campanhas às vezes cai num vazio, não são muitas efetivas. A questão das compras de materiais, talvez eu não conheço a legislação não sei até que ponto ela é respeitada ou não.

F7 - Eu acho que a questão da reciclagem é uma coisa muito simples que dá para fazer não tem custo praticamente, teria custo baixo, fazer treinamento para as pessoas que vão recolher, reciclagem é uma. A questão das hidras dos banheiros que também acho uma coisa, que poderia reduzir consumo, é uma pena que as lâmpadas do corredor não funcionam adequadamente, sensor de presença, aquelas luzes ficam ligadas o dia todo, os banheiros também ficam ligadas o dia todo não dá para desligar, não sei se é associado ao material comprado, mas acho desperdício deixar as luzes dos banheiros ligadas o dia todo, acho que era isso. Aproveitar melhor a luz natural que o nosso prédio ele favorece isto, acho que é isso.

F8 - Reciclagem da erva mate, fazer compostagem para os verdinhos, mais eu não lembro porque ali na frente esta bem cuidado. Não consigo ver nada mais do que levar a sério a coleta seletiva.

F9 – É... eu acho que talvez uma campanha para o uso dos lixos adequados, muito legal quando foi implantado, pelo menos um lembretinho tem que ficar eternamente reforçando, esta questão frente e verso do papel, reforçar isto, quando for passar uma minuta, fazer frente e verso, ou manda por e-mail. Fora isto até praticas maiores do tipo hoje vamos fazer um dia que todo mundo vem de bicicleta, ou este setor não vir de carro e faz rodízio hoje é este amanhã é aquele, que também colabora, quem não anda de bicicleta vem de ônibus, para não usar o carro, bem acho que é isto.

F10 - Campanhas publicitárias de conscientização, digitalização de documentos, certificação digital e tornar padrão o modo “duplex” nas impressoras corporativas.

F11 - Campanhas para diminuir o consumo de energia elétrica através do desligamento de aparelhos eletroeletrônicos após o expediente ou quando estiverem ligados desnecessariamente; utilização de copos e canecas não descartáveis para consumo de água e café; racionalização no consumo de papel; descer as escadas à pé ao invés de usar o elevador; coleta seletiva do lixo; etc.

F12 - Algumas práticas já vêm sendo adotadas, como redução do consumo de água e energia, separação de resíduos, entretanto acho que seria importante implementar uma política de educação/capacitação ambiental, pois assim fica mais fácil de implementar e manter as práticas de preservação ambiental. Acredito também que podemos evoluir principalmente no que tange as compras e obras públicas, incentivando cada vez mais a adoção da sustentabilidade.

Os entrevistados F5, F9, F10 e F11 entendem que são necessárias campanhas. Nesse sentido, parecem concordar com Dias (2011, p. 80), para quem,

[...]a responsabilidade pela poluição do planeta não pode estar localizada num só agente determinado, em consequência, a sociedade como um todo é que deve assumir o problema como seu, sendo que a cada um cumpre um papel para enfrentá-lo, maior ou menor segundo cada caso.

Segundo Nicolella, Marques e Skorupa (2004, p. 13) a comunicação é fundamental para a implantação de um Sistema Gestão Ambiental: “A empresa deve criar e manter procedimentos para a comunicação interna e externa. Desta forma, devem ser criados canais de comunicação organizacional e técnica entre os vários níveis e funções dentro da organização...”

As campanhas que os entrevistados se referem são educativas e complementam a opinião dos servidores F3 e F12 que entendem que a organização deveria reservar recursos orçamentários e implementar uma política de educação ambiental.

Encontramos vários trabalhos de professores e especialistas que se dedicam as questões ambientais como Luis Felipe Nascimento, Marcos Antônio Reigota, Pedro Jacobi e entendem que a educação ambiental tem que ser internalizada pelas Universidades. E a mesma opinião tem os servidores entrevistados o INCRA tem que proporcionar aos servidores acesso à educação ambiental, as políticas de educação ambiental.

Segundo Jacobi (2002), a educação ambiental tem que contribuir para a transformação do social, com uma visão interdisciplinar, que traga conhecimento e fortaleça a cidadania, que ela seja ampla, não apenas para um grupo restrito e cada pessoa seja um ator co-responsável, que tenha responsabilidade ambiental.

4.5 ESTIMULOS PARA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA SUPERINTENDÊNCIA

A pesquisadora observou como estímulo visual nos corredores dos três andares quatro lixeiras próprias para papéis, plástico, metal e madeira, que são pouco utilizadas. As lixeiras mais utilizadas são das salas, que estão embaixo das mesas e são mais acessíveis e por isso são utilizadas para lixo reciclável e orgânico, inutilizando boa parte dos materiais recicláveis.

Sobre a educação ambiental, não existem propagandas ou cartazes de iniciativa da Superintendência, mas apenas algumas campanhas via e-mail da sede. Campanhas para reduzir consumo de água, energia elétrica, papel não ocorrem à alguns anos.

Na Superintendência já existem equipamentos que proporcionam economia como impressoras que imprimem frente e verso, torneiras com temporizador, reforma elétrica que previu lâmpadas mais econômicas. Contudo, os estímulos visuais são poucos, mas devem ser melhor adotados, pois eles são fundamentais para garantir a incorporação da consciência ambiental no ambiente de trabalho.

Segundo Jacobi (2002, p.189),

O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. Para tanto é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade principal verificar se está sendo praticada a responsabilidade ambiental na Superintendência do INCRA. No Capítulo 2 foram relacionadas as práticas ambientais que são prescritas pela legislação e que poderiam ser citadas pelos entrevistados, como parte integrante da rotina interna da Superintendência.

Os entrevistados foram escolhidos na área fim, em sua maioria, pois são servidores que se pressupunha ter conhecimentos em relação às questões ambientais porque em suas tarefas diárias se defrontam com estes assuntos. Houve evidências que os entrevistados possuem este conhecimento, pois elaboraram análises críticas das práticas ambientais da Superintendência e apresentaram sugestões sobre o assunto.

Das entrevistas surgiram idéias e sugestões sobre a matéria. Os entrevistados demonstraram preocupação com a questão ambiental interna da Superintendência, indicaram que existem falhas na execução das práticas ambientais e demonstraram o desejo de que a responsabilidade ambiental seja efetivada e consolidada no ambiente de trabalho.

Com isso, é possível afirmar que esse trabalho alcançou o seu objetivo de verificar como ocorrem as práticas ambientais na Superintendência e permitiu concluir que algumas práticas e iniciativas aconteceram mas não se efetivaram. A análise efetuada possibilitou identificar que falta um trabalho contínuo de educação ambiental para consolidar estas práticas até que a responsabilidade ambiental seja incorporada ao cotidiano da Superintendência.

Sendo o INCRA um órgão público que cobra de seus pares que pratiquem a responsabilidade ambiental, também tem que praticar, dar exemplo. Porém, o estudo evidencia é que apesar de identificar e criticar as medidas tímidas de conservação e reciclagem de recursos na Superintendência e apresentar sugestões para medidas efetivas para a preservação da sustentabilidade ambiental, os servidores esperam que a iniciativa de por em prática estas medidas deva partir de outros, dos superiores, de programas oficiais. Em outras palavras os servidores não se atribuem a responsabilidade de iniciar políticas de preservação ambiental.

Neste sentido os servidores da Superintendência não se distinguem dos demais cidadãos. Em uma pesquisa, feita pela rede de hotéis ACCOR com seus hóspedes, em alguns países inclusive no Brasil, constatou-se que 86% dos brasileiros acreditam que a sustentabilidade é responsabilidade primeira dos governos e depois dos cidadãos (ZERO HORA, 2011).

Contudo, segundo Dias (2011) a organização deve oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura organizacional ambiental. Para atingir este objetivo a Superintendência deveria ter programas de sensibilização, capacitação e implementar um programa de educação ambiental amplo que atinja a todos os servidores e possa dar reflexos na atividade fim. Nesse sentido, recomenda-se que essa pesquisa seja ampliada e aplicada também aos gestores da Superintendência e a outras unidades do INCRA.

No que se refere à Superintendência, servidores, terceirizados e gestores devem se unir na promoção conjunta da preservação ambiental, pois essa não é apenas uma questão de economia de recursos, mas a sociedade espera atitudes desse tipo dos servidores públicos e da Instituição.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: uma tentativa de definição. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>. Acesso em: 21 jan. 2012.

BRASIL. *Comprasnet*: Portal de Compras do Governo Federal, Brasília, 2009d. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei 1.110/1970*, de 09 de julho de 1970, Poder Executivo, Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 1970d. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos-leis/1988-a-1965#content>. Acesso em: 12 dez. 2011.

BRASIL. *Decreto nº 24.643/1934*, de 10 de abril de 1934, Poder Executivo, Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 10 de abril de 1934f. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1> Acesso em: 22 mar. de 2012.

BRASIL. *Decreto 5.940/2006*, de 25/de outubro de 2006, Poder Executivo, Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 26 de outubro de 2006e. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1> Acesso em: 12 dez. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Missão*. Brasília, 2009a. Disponível em: http://www.INCRA.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=35&Itemid=54>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Plano de Ação Ambiental do INCRA*. Brasília. 2009b. Disponível em: http://www.INCRA.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=72&Itemid=301>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BRASIL. *Instrução Normativa Nº 01/2010*, de 19 de janeiro 2010c, Publicado no Diário oficial da União de 20 de Janeiro de 2010, Comprasnet, Portal de Compras do Governo Federal, Brasília, 2010c. Disponível: <http://www.comprasnet.gov.br/>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BRASIL. *Lei 9.666/93*, de 2 de junho de 1993, Poder Executivo, Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 22 de junho de 1993 e republicada em 06 de julho de 1994. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/1993#content> Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASIL. *Lei 12.305/2010*, de 02 de agosto de 2010a, Poder Executivo, Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 03 de agosto de 2010a. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2010#content> Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASIL. *Lei 12.349/2010*, de 15 de dezembro de 2010, Poder Executivo, Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2010b. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2010#content> Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASIL. *Lei 10.295/2001*, de 17 de outubro 2001, Poder Executivo, Brasília, publicado no Diário Oficial da União em 18 de outubro de 2001b. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/2001#content> Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA no 275/2001*, de 25 de abril de 2001a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res27501.html>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*, Brasília, 2009c. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Como Implantar a A3P*, Brasília, 2009b Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Contratações Públicas Sustentáveis*: http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?page_id=2. Acesso em: 21 fev. 2012.

BRASIL, Presidência da República. *Lei 12.305/2010*, Brasília, 2010d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em 24 de mar de 2012.

DIAS, Reinaldo, *Gestão Ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, Fundação Carlos Chaga, março, 2003. Disponível em: http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_artigoeducamab-cadpesq-

[2002.pdf](http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_artigoeducamab-cadpesq-2002.pdf)http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_artigoeducamab-cadpesq-2002.pdf. Acesso em: 22 fev. 2012.

LIMA, Valéria Dias; CAVALCANTI, Moema Ramos. *Projeto de Descontaminação de Lâmpadas com Mercúrio*, Programa de Gestão Ambiental, Secretaria de Administração do MPF, Brasília. Disponível em: [HTTP://www.pga.pgr.mpf.gov.br/.../projeto%20Lampadas%20fluo](http://www.pga.pgr.mpf.gov.br/.../projeto%20Lampadas%20fluo), Acesso em 21 de fev 2012.

MALHOTA, Naresh K., *Pesquisa de Marketing uma Orientação Aplicada*. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALHOTA, Naresh K., *Pesquisa de Marketing uma Orientação Aplicada*, 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

NICOLELLA, Gilberto; MARQUES, João Fernando; SKORUPA, Ladislau Araújo; *Sistema de Gestão Ambiental: aspectos teóricos e análises de um conjunto de empresas da região de Campinas, SP*. Campinas: EMBRAPA, 2004. Disponível em: http://www.cnpma.embrapa.br/download/documentos_39.pdf. Acesso em 22 de mar 2012.

Manual de Etiqueta 3.0, Planeta Sustentável, São Paulo: Editora Abril, <http://planetasustentavel.abril.com.br/movimento/> Acesso em 22 fev. 2012.

VITERBO Jr., Ê. *Sistema integrado de gestão ambiental: como implementar um sistema de gestão que atenda à norma ISO 14001, a partir de um sistema baseado na norma ISO 9000*. São Paulo: Aquariana, 1998.

VOLTOLINI, Ricardo. *Conversas com Líderes Sustentáveis*. 1 ed. São Paulo: SENAC, 2011.

UERN. União das Associações Empresariais da Região Norte. Manual de Boas Práticas Ambientais e de Responsabilidade Social, Braga, 2011. Disponível em: <http://www.ecopme.uern.pt/FManual.aspx>. Acesso em: 22 fev. de 2012.

ZERO HORA. *Encarte Mundo Sustentável*, Primeiros Passos, Zero Hora, ano 2, n. 61, Porto Alegre, 25 abr. 2011.

ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Qual a sua idade e tempo de serviço na Superintendência?

Idade:

Tempo de Serviço:

- 1) Como você vê a seleção do lixo reciclável na Superintendência?
- 2) Na tua opinião, quais são os resíduos produzidos na Superintendência que poderiam ser reciclados?
- 3) Pensando na responsabilidade ambiental, o que você pensa sobre o consumo de papel na Superintendência?
- 4) E a redução do consumo de madeira?
- 5) Quais são as medidas do seu conhecimento que são adotadas na Superintendência para a redução do consumo de energia elétrica?
- 6) E para a redução de consumo de água?
- 7) Você conhece os Projetos Básicos para compras públicas? Quais ações neles podem prever ações de responsabilidade ambiental?
- 8) . Você conhece os Projetos Básicos de obras públicas? Quais ações neles podem prever ações de responsabilidade ambiental?
- 6) A seu ver, que práticas de preservação do meio ambiente deveriam ser implantadas nesta Superintendência.